



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2025.0000351528

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1003532-34.2024.8.26.0483, da Comarca de Presidente Venceslau, em que é apelante JÉSSICA MAYARA CORREA TEIXEIRA, é apelado ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em 9ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Não conheceram do recurso, determinando-se a remessa dos autos ao Juizado Especial Cível da Comarca de Presidente Venceslau, v. u.", de conformidade com o voto do Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores CARLOS EDUARDO PACHI (Presidente sem voto), PONTE NETO E DÉCIO NOTARANGELI.

São Paulo, 9 de abril de 2025.

REBOUÇAS DE CARVALHO

Relator

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Apelação Cível nº 1003532-34.2024.8.26.0483

Apelante: Jéssica Mayara Correa Teixeira

Apelado: Estado de São Paulo

Comarca: Presidente Venceslau

Voto nº 36706

APELAÇÃO CÍVEL – ORDINÁRIA – Servidora Pública Estadual (Oficial Administrativo) – Pretensão ao reconhecimento dos períodos de licença para tratamento de saúde, como tempo de serviço desde 2014 até 2024, bem como a regularização do registro funcional e restituição do PDI no período de 2016 a 2024, com a cessação dos descontos atuais – Partes que dispensaram a produção de prova pericial nos autos – Matéria que se enquadra na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública (art. 2º, § 4º, da Lei nº 12.153/09) – Autora que atribuiu valor à causa menor do que 60 (sessenta) salários mínimos – Reconhecimento da competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública, após o decorrido o prazo previsto no art. 23 da Lei nº 12.153/2009. Inteligência do Provimento CSM nº 2.321/2016. Competência recursal do Juizado Especial Cível para decidir a causa – Inteligência do Art. 64, § 4º, do Código de Processo Civil e art. 39 do Provimento CSM nº 2.203/2014 – Precedentes do Col. STF e desta Corte de Justiça – Não conhecimento do recurso, determinada a remessa dos autos à uma das Varas do Juizado Especial Cível da Comarca de Presidente Venceslau.

Trata-se de ação Ordinária, ajuizada por Jéssica Mayara Correa Teixeira, servidora pública estadual (Oficial Administrativo) vinculada a Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado, lotada na Penitenciária “Dr Zwinglio Ferreira” em face da Fazenda do Estado de São Paulo, alegando que, em razão de problemas de saúde necessitou tirar licença para tratamento da própria saúde, nos períodos de 22 a 28/07/2014; 29/07 a

04/08/2014; 05 a 19/08/2014; 20/08 a 03/09/2014; 04 a 08/09/2014; 25 a 29/09/2014; 30/10 a 13/11/2014; 14 a 28/11/2014; 01/12/2014 a 14/01/2015; 15/01 a 28/02/2015; 02/03 a 15/04/2015; 16/04 a 15/05/2015; 18/05 a 16/06/2015; 17/06 a 15/08/2015; 05 a 19/06/2017; 12 a 31/07/2018; 01 a 30/08/2018; 31/08 a 14/10/2018; 15 a 29/10/2018; 30/10 a 13/12/2018; 02 a 31/01/2019; 01/02 a 17/03/2019; 13 a 17/01/2020; 21 a 24/01/2020; 27/01 a 25/02/2020; 26/02 a 26/03/2020; 16 a 22/11/2022; 23/11 a 22/12/2022; 23/12/2022 a 05/02/2023; 06/02 a 22/03/2023; 23/03 a 06/05/2023; 08/05 a 21/06/2023; 22/06 a 05/08/2023; 07/08 a 05/09/2023; 06/09 a 05/10/2023; 06/11 a 05/12/2023; e 27 a 28/02/2024, sustentando que, embora seus pedidos tenham sido devidamente deferidos por meio de perícia médica junto ao órgão competente, os períodos de afastamento não foram computados como tempo de serviço, fazendo com que sofresse prejuízo funcional com a perda de dois blocos de quinquênio e licença-prêmio e, ainda, perda do PDI (prêmio de desempenho individual) por dois anos (2016 e 2024). Postula a procedência do pedido, com o reconhecimento dos períodos de licença como tempo de serviço para todos os fins, bem como a regularização de sua vida funcional e ainda o pagamento dos valores referentes ao PDI, descontados no período de 2016 a 2024.

As partes foram instadas a especificarem as provas que pretendiam produzir (fl. 40), a autora manteve-se silente e a ré Fazenda Estadual postulou o julgamento antecipado da lide (fl. 44).

A r. sentença de fls. 85/91, cujo relatório se adota, julgou improcedente a ação nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Em razão da sucumbência condenou a autora, a arcar com custas e despesas processuais, bem como

honorários advocatícios, estes fixados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), observada a gratuidade da justiça de que goza a autora (fl.15).

Inconformada apela a autora (fls.271/285), alegando em síntese, que a vasta documentação acostada aos autos, comprova que a autora faz jus aos pedidos iniciais, aduzindo que a pretensão da apelante encontra amparo legal na Lei Complementar nº 1.041/2008, bem como na Lei nº 10.261/1968. Postula a integral procedência do pedido, repisando suas alegações feitas na exordial.

Recurso recebido, processado e contrariado (fls. 105/107).

A apelante manifestou oposição ao julgamento virtual (fl. 115).

É o relatório.

Incognoscível o recurso por esta C. Câmara de Direito Público do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A questão em debate está afeta à competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública, nos termos da Lei Federal nº 12.153/09, *in verbis*:

Art. 2º É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:

I – as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;

II – as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas;

III – as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.

§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas não poderá exceder o valor referido no caput deste artigo.

....

§ 4º No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.

Art. 3º O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.”

Como esta ação ordinária foi promovida após a vigência da Lei nº 12.153/09, não há como se esquivar do seu cumprimento, pois, a autora valorou a causa em R\$ 1.000,00 (hum mil, reais) (fl. 05), ou seja, menos de 60 (sessenta) salários mínimos.

Anota-se ainda que a ação foi promovida em 2024, estando o salário mínimo em R\$ 1.412,00 (hum mil, quatrocentos e doze reais), de modo que a quantia correspondente a 60 salários mínimos era de R\$ 84.720,00 (oitenta e quatro mil, setecentos e vinte reais).

Ora, como compete à parte a estimação do valor à causa, mesmo nos casos de ação cujo conteúdo econômico não seja imediato (art. 291, do CPC), e, por outro lado, a legislação definiu a competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda para as ações cujo valor seja inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, exatamente como é o caso concreto, então, resta apenas neste momento o reconhecimento da inadequação do juízo eleito.

Sabido, então, que, sendo vedado ao juiz alteração unilateral do valor da causa, a fim de corrigi-lo, deve-se reconhecer o Juizado Especial da Fazenda do Estado como competência para apreciação da matéria.

Considerando o disposto no artigo 23, da Lei

12.153/09 que dispõe:

“Os Tribunais de Justiça poderão limitar, por até 5 (cinco) anos, a partir da entrada em vigor desta Lei, a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, atendendo à necessidade da organização dos serviços judiciários e administrativos.”

Em complementação ao dispositivo federal supra, o Provimento CSM nº 2.203/2014, em seu artigo 8º, assim dispôs:

“Art. 8º. Nas Comarcas em que não foram instalados os Juizados Especiais de Fazenda Pública ficam designados para processamento das ações de competência do JEFAZ:

I - as Varas da Fazenda Pública, onde instaladas;

II - as Varas de Juizado Especial, com competência cível ou cumulativa, onde não haja Vara da Fazenda Pública instalada;

III - os Anexos de Juizado Especial, nas comarcas onde não haja Vara da Fazenda Pública e de Juizado Especial, designados os Juízes das Varas Cíveis ou Cumulativas para o julgamento.

Art. 9º. Para os fins do art. 23 da Lei nº

12.153/2009, exceto quanto às Varas dos Juizados Especiais da Fazenda Pública da Comarca da Capital, ficam excluídas da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública as ações que tenham como fundamento qualquer penalidade decorrente de infrações de trânsito (multas, pontuação, apreensão de veículo, etc.), qualquer demanda envolvendo créditos de natureza fiscal, inclusive as que tramitam no anexo fiscal, e as ações previdenciárias (art. 109, §3º, da CF/88)”

Nesse sentido, o entendimento retratado no XXXII Encontro do FONAJE (Fórum Nacional dos Juizados Especiais) na Armação de Búzios/RJ:

“ENUNCIADO 09 - Nas comarcas onde não houver Juizado Especial da Fazenda Pública ou juizados adjuntos instalados, as ações serão propostas perante as Varas comuns que detêm competência para processar os feitos de interesse da Fazenda Pública ou perante aquelas designadas pelo Tribunal de Justiça, observando-se o procedimento previsto na Lei 12.153/09.”

Dessa forma, o caso é de não conhecimento do recurso, com determinação de remessa dos autos ao Juizado Especial local para que o MM. juízo competente ratifique a decisão proferida pelo juízo incompetente, ou profira nova decisão, nos termos do art.

64, § 4º, CPC.

No mesmo sentido, já se pronunciou o Col. Supremo Tribunal Federal:

“Agravos regimentais no recurso extraordinário com agravo. Improbidade administrativa. Processual. Incompetência absoluta. Anulação dos atos decisórios praticados. Exegese do art. 64, § 4º, do NCPC. Conservação da eficácia das decisões até ulterior deliberação do juízo competente. Supressão de instâncias. Decisão que compete à Justiça estadual. Agravo regimental não provido. 1. O art. 64, § 4º, do NCPC, introduzindo dinâmica distinta daquela do CPC/1973, previu que os atos decisórios praticados por juízo incompetente conservam sua validade e eficácia até posterior manifestação do juízo competente, o qual, observados o contraditório e a ampla defesa, poderá ratificá-los ou não. 2. Reconhecida a competência da Justiça estadual para processar e julgar a demanda, a ela compete, a priori, analisar quais atos decisórios prolatados pelo juízo anterior serão ou não revogados, mesmo em casos de incompetência absoluta. Precedentes. 3. Excepcionalmente, a Suprema Corte poderá declarar, de imediato, a nulidade de deliberações, desde que satisfeitos os requisitos da urgência e/ou imprescindibilidade da medida, os quais não

se encontram presentes no caso concreto. 4. Agravo regimental a que se nega provimento.” (ARE 850933 AgR DJe de 12.05.17 Rel. Min. DIAS TOFFOLI).

Aliás, esse é o entendimento mais recente do E. Órgão Especial, determinando-se a remessa dos autos para uma das Varas do Juizado Especial da respectiva Comarca, cuja ementa ora transcrevo:

“CONFLITO DE COMPETÊNCIA. Servidora Pública Estadual. Pedido de reconhecimento de direito à licença médica, com consequente regularização do registro de frequência. Matéria de direito público, com valor da causa inferior a 60 salários mínimos. Competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública (artigos 3º e 4º da Lei Federal n. Lei n. 12.153/2009). Sentença recorrida, entretanto, que foi proferida por magistrado que não integra o sistema dos juizados especiais. Fato que impede o exame do recurso pelo Colégio Recursal (artigo 39 do Provimento CSM n. 2.203/204). Impasse que deve ser resolvido mediante encaminhamento dos autos a uma das Varas do Juizado Especial da Fazenda Pública de São Paulo, com competência absoluta para conhecimento da causa, observada a disposição do artigo 64, § 4º, do CPC. Precedentes. Conflito procedente, com

observação.” (Conflito de Competência nº 0020980-02.2022.8.26.0000, Rel. Des Ferreira Rodrigues, j. 03/08/22).

Similarmente, há julgados desta Col. Câmara e Corte de Justiça nesse sentido:

APELAÇÃO COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO SISTEMA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. *Recurso interposto em procedimento comum, cujo valor da causa é inferior a 60 salários-mínimos e não se enquadra em nenhuma das hipóteses do artigo 2º, § 1º, da Lei 12.153/2009. Desnecessidade de produção de prova pericial complexa. Competência absoluta do Sistema do Juizado Especial da Fazenda Pública que é plena, após o decurso do prazo previsto no art. 23 da Lei 12.153/2009. Inteligência do Provimento CSM nº 2.321/2016. Precedente desta C. Câmara. Aplicação das regras do artigo 64, §§ 3º e 4º, do CPC. Determinação de remessa e redistribuição dos autos ao Juizado Especial da Comarca de Jacupiranga, prejudicado o recurso interposto.* (Apelação nº 1001233-74.2021.8.26.0294, Des. Spoladore Dominguez, j.26.08.22).

**PROCESSUAL CIVIL COMPETÊNCIA
JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA**

**VALOR DA CAUSA IGUAL OU INFERIOR A
SESSENTA SALÁRIOS MÍNIMOS
COMPETÊNCIA ABSOLUTA - AGRAVO
INTERNO DECISÃO MANTIDA.** Os Juizados
Especiais da Fazenda Pública têm competência
absoluta para processar, conciliar e julgar causas
cíveis de interesse dos Estados, do Distrito
Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o
valor de sessenta salários mínimos (art. 2º, § 4º da
Lei nº 12.153/09). Valor da causa igual ou inferior
a sessenta salários mínimos. Incompetência da
Justiça Comum Estadual. Competência do Juizado
Especial. Aproveitamento dos atos processuais
(art. 64, § 4º, CPC). Competência recursal não
aceita. Recurso não conhecido. Remessa dos
autos ao Juizado Especial local. Decisão mantida.
Recurso desprovido. **(TJSP – AGRAVO
INTERNO Nº 1053848-22.2020.8.26.0053/50000,
Des. Décio Notarangeli, j. 01.10.24).**

**“APELAÇÃO CÍVEL MUNICÍPIO DE
GUARULHOS LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA -
AÇÃO, CUJO VALOR PRETENDIDO NA CAUSA
É INFERIOR A SESSENTA SALÁRIOS MÍNIMOS
COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JEFAZ LEI
12.153/2009 - Valor pretendido na causa que é
inferior a 60 (sessenta) salários mínimos
Competência do Juizado Especial da Fazenda
Pública (JEFAZ) Inteligência do art. 98, inc. I, da**

CF, do art. 2º, 'caput', da Lei n.º 12.153/2009, e dos arts. 8º e 9º, do Provimento CSM nº 2.321/2016 Inexistência de questão complexa a afastar a sistemática do rito sumaríssimo Art. 35 da Lei 9.099/95, que inclusive prevê a possibilidade da prova técnica, e aplica-se subsidiariamente à Lei n.º 12.153/2009 Necessária remessa dos autos ao Juizado Especial competente local, para ratificação ou prolação de nova sentença, nos termos do art. 64, § 4º, CPC Precedentes do E. TJSP Recurso não conhecido, com determinação. (TJSP – Apelação nº 1060429-20.2023.8.26.0224, Des. Ponte Neto, j.04.02.25).

Portanto, para o exame da necessidade de reformar, ou não, a r. sentença, determino a redistribuição dos autos à Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Presidente Venceslau, para cumprimento do determinado no art. 64, § 4º, do CPC.

Ante o exposto, não se conhece do recurso, determinando-se a remessa dos autos ao Juizado Especial Cível da Comarca de Presidente Venceslau.

REBOUÇAS DE CARVALHO

Relator